

# Estatuto da ADEPO

## I - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1 - A Associação se constituirá, como sociedade civil, sob a designação de ASSOCIAÇÃO DOS EX - ALUNOS PÓS - GRADUADOS EM ORTODONTIA DA U.F.R.J.;

Art. 2 - A Associação, para suas atividades, adotará a seguinte sigla: ADEPO;

Art. 3 - A ADEPO foi fundada em 26 de novembro de 1991 e sua duração será por tempo indeterminado;

Art. 4 - A ADEPO terá como foro a cidade do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, e sede nas dependências da Disciplina de Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enquanto não possuir sede própria.

Art. 5 - A Lei orgânica da ADEPO é constituída por este estatuto e por regimento interno, que todos os sócios devem acatar, obedecer e fazer cumprir;

## II - DAS FINALIDADES

Art. 6 - A ADEPO tem por finalidade:

- a) promover a união e a integração entre seus associados;
- b) promover o intercâmbio cultural, técnico, científico e material da Ortodontia, integrando-a, inclusive, com as demais especialidades e entidades odontológicas;
- c) Promover, por sua livre escolha, conferências, cursos e publicações para divulgar conhecimentos atualizados da Ortodontia;
- d) Organizar e manter biblioteca especializada;
- e) Promover o encontro dos Ex - Alunos Pós - Graduados em Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- f) Coordenar o suporte financeiro aos alunos do Curso de Pós - Graduação em Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com prioridade para:
  - mestrados;
  - subsídio de pesquisas;
  - compra de materiais e/ ou equipamentos necessários às pesquisas e/ou a Disciplina de Ortodontia;
- g) Conceder a "Comenda Prof. José Édimo Soares Martins";

### **III - DOS SÓCIOS**

Art. 7 - Poderão filiar-se à ADEPO:

- a) todos os alunos e ex - alunos dos cursos de Pós - Graduação em Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- b) Professores e Ex - Professores do Curso de Ortodontia da Disciplina de Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

### **IV - DA CLASSIFICAÇÃO**

Art. 8 - O quadro social constituir-se-á de cinco categorias de sócios, a saber:

- a) fundadores;
- b) eméritos;
- c) honorários;
- d) efetivos;
- e) aspirantes;

Art. 9 - São considerados sócios fundadores todos aqueles que assinaram a ata da fundação;

Art. 10 - Serão considerados sócios eméritos, exclusivamente, os Professores do curso de Pós - Graduação em Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotados ainda no Departamento, ou que se aposentarem no exercício de sua função e aqueles Ex - Professores, que exerceram o magistério junto ao Departamento supra citado por, no mínimo, 4 (quatro) anos, indicados e aprovados em Assembléia Geral;

Parágrafo único - O sócio emérito não contrai obrigação com a ADEPO e goza de todas as vantagens dos sócios efetivos, exceto:

- a) direito a voto;
- b) direito a cargo eletivo.

Art. 11 - São considerados sócios honorários, após aprovação em Assembléia Geral Ordinária, os sócios ou pessoas ilustres que tenham se destacado pela prestação de serviços à ADEPO, ao curso de Pós-Graduação em Ortodontia da U.F.R.J. ou por qualquer obra meritória em favor da Ortodontia;

Parágrafo único - O sócio honorário, que não incluído no Art.12, não contrai obrigação com a ADEPO e goza de todas as vantagens dos sócios efetivos, exceto:

- a) direito a voto;
- b) direito a cargo eletivo.

Art. 12 - São considerados sócios efetivos:

a) Todos aqueles que tenham freqüentado o curso de Pós - Graduação em Ortodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na sua íntegra;

Art. 13 - São considerados sócios aspirantes os alunos do curso de Pós - Graduação em Ortodontia da F.O.U.F.R.J.

Parágrafo único - O sócio aspirante não contrai obrigação com a ADEPO e goza de todas as vantagens dos sócios efetivos, exceto:

a) direito a voto;

b) direito a cargo eletivo.

#### **V - COMISSÃO DIRETORA**

Art. 14 - A ADEPO será dirigida por uma comissão diretora composta de 6 ( seis ) membros titulares.

São eles: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice - Presidente, 1 (um) Secretário, 1 (um) Tesoureiro, 1 (um) Diretor Científico e 1 (um) Diretor de Patrimônio.

Art. 15 - Os membros da comissão diretora serão eleitos durante os encontros dos ex - alunos, que se realizarão bienalmente.

Art. 16 - São atribuições da comissão diretora:

a) Representar a instituição e administrar seus bens;

b) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e o regimento interno;

c) Elaborar regulamentos e regimento, com aprovação da assembléia geral;

d) Receber da comissão diretora antecessora e transmitir à sucessora os cargos e haveres sob sua guarda, constantes da ata de posse;

e) Lavrar e assinar atas de todas as reuniões e resoluções;

f) Convocar os sócios para as assembléias gerais;

g) Autorizar as programações científicas da associação.

Art. 17 - São atribuições do Presidente:

a) Presidir as assembléias gerais e reuniões da comissão diretora;

b) Autorizar o pagamento dos gastos aprovados pela comissão diretora;

c) Convocar a comissão diretora para reuniões ordinárias e extraordinárias;

d) Executar as deliberações tomadas pela comissão diretora ou assembléias gerais;

e) Presidir a Comissão Organizadora dos Encontros Bienais dos Ex - Alunos Pós - Graduados em Ortodontia da F.O.U.F.R.J.;

f) Indicar a comissão diretora, à excessão do Vice - Presidente, que deverá ser, necessariamente, eleito com o Presidente.

Art. 18 - São atribuições do Vice - Presidente:

a) Substituir o Presidente na sua falta ou impedimento;

b) Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções.

Art. 19 - São atribuições do Secretário:

a) Redigir e assinar, juntamente com o Presidente, todas e quaisquer correspondências da comissão diretora;

b) Convocar, por ordem do Presidente, as assembléias gerais;

c) Ter, sob sua guarda, toda a correspondência e documentos da secretaria;

d) Ler o expediente das assembléias gerais e sessões da diretoria;

e) Encarregar-se do cômputo dos votos nas assembléias e reuniões da comissão diretora.

Art. 20 - São atribuições do Tesoureiro:

a) Coordenar e administrar o recolhimento de todos os valores da instituição;

b) Depositar, em um ou mais bancos, à ordem da ADEPO, todo o dinheiro arrecadado, inclusive o havido em doação. As contas bancárias e assinatura de cheques, estarão a cargo do Presidente e do Tesoureiro, sempre em conjunto;

c) Controlar os ativos financeiros da associação juntamente com todos os membros da diretoria. Os ativos deverão ser registrados em livro próprio;

d) Apresentar balanço geral à comissão diretora, anualmente, registrando-os em livro próprio;

e) Apresentar balancetes mensais à diretoria que, aprovando-os, deverá referendá-los;

f) Apresentar balanço anual à comissão diretora que, após aprovação, dará ciência aos sócios efetivos.

Art. 21 - São atribuições do Diretor Científico:

a) Superintender conclave de Ortodontia, exceto disposto no Art.17, letra "e";

b) Organizar cursos e conferências, e coordenar a criação de grupos de estudos e pesquisas.

Art. 22 - São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- a) Receber, coordenar e indicar para a Comissão Diretora o possível destino das doações recebidas de ex-alunos, conforme disposto no Art. 6 letra "f";
- b) Receber as doações, que não em espécies, feitas pelos sócios e/ou entidades, bem como as aquisições realizadas pela ADEPO, registrando-as em livro próprio;
- c) Fiscalizar o Patrimônio da ADEPO, fornecendo, anualmente, aos sócios um balanço dos bens móveis e imóveis existentes e adquiridos;
- d) Aplicar os recursos destinados à ampliação do patrimônio para recuperação e/ou aquisição de bens;
- e) Ceder, em caráter de comodato, bens móveis ou imóveis pertencentes à ADEPO, ao Departamento de Ortodontia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando solicitados, com aprovação unânime da diretoria;
- f) Gerir o Fundo de Auxílio da ADEPO;
- g) Planejar, organizar e dirigir uma biblioteca própria;

## **VI - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS**

Art. 23 - A Assembléia Geral é o órgão máximo da ADEPO. Compõe-se da totalidade ou da maioria dos sócios efetivos quites com todas as suas obrigações junto à associação. Nas sessões plenárias devem deliberar sobre assuntos previamente expostos, assim como eleger o Presidente e Vice-Presidente da ADEPO.

Parágrafo primeiro - Suas deliberações serão irrecorríveis, sempre tomadas pela maioria de votos em relação ao total de sócios efetivos quites, em primeira convocação, ou pela maioria dos presentes, ou seja, metade mais um conforme disposto no Art. 32, em segunda e última convocação.

Parágrafo segundo - A Assembléia Geral poderá modificar, cancelar, anular ou suspender qualquer ato ou decisão dos demais órgãos da associação, desde que não transgrida o presente Estatuto e o Regimento Interno.

Parágrafo terceiro - Durante as Assembléias Gerais, deverá ser adotada, como pauta dos trabalhos, o motivo ou assunto para qual foi convocada, constituindo-se na ordem do dia.

Art. 24 - A Assembléia Geral será dirigida pelo Presidente, assessorado pelos Vice-Presidente e pelo Secretário da ADEPO.

Art. 25 - A votação realizada em Assembléia Geral será sempre em escrutínio secreto, quando se tratar de eleger o Presidente e o Vice-Presidente da associação.

Art. 26 - O Presidente da Assembléia Geral coordenará os trabalhos, o Secretário lavrará a ata da apuração e um membro designado pelo Presidente e referendado pela assembléia será o escrutinador.

Art. 27 - As demais votações, que não as dispostas no Art. 25, poderão ser realizadas sob outra modalidade proposta, desde que facilite e não cause prejuízo aos trabalhos, e seja aceita pela maioria presente à assembléia.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente desempatar, pelo "voto de Minerva", quando se verifique empate na votação sobre matéria apreciada e discutida, exceto quando se tratar de eleição. Neste caso, uma nova votação, em escrutínio secreto, deverá ser realizada na mesma assembleia, quantas vezes forem necessárias, até que se obtenha maioria de votos.

Art. 28 - A Assembleia Geral será convocada e reunir-se-á sob duas modalidades: Ordinariamente e Extraordinariamente.

a) Ordinariamente: a cada dois anos, sempre durante o encontro dos ex-alunos de ortodontia da F.O.U.F.R.J., conforme disposto no Art. 32;

b) Extraordinariamente: quando convocada em qualquer data, exceto disposto no Capítulo VIII, artigos 35 e 36 deste estatuto e Art. 13 do estatuto de Fundo de Auxílio da ADEPO.

- Pelo Presidente da ADEPO;

- A requerimento, por maioria dos sócios efetivos quites.

Parágrafo primeiro: A eleição de Presidente e Vice - Presidente da ADEPO deverá ser realizada, necessariamente, em uma Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo segundo: Em qualquer das hipóteses os motivos da convocação devem ser especificados.

Art. 29 - Os membros da mesa da Assembleia Geral deverão licenciar-se, momentaneamente, de suas funções para exercer o seu direito de voz e voto.

Art. 30 - Após a apresentação da síntese pelo Secretário, a matéria deverá ser submetida, pela Presidência, à deliberação definitiva da Assembleia, de acordo com as formalidades já especificadas no que concerne à votação.

Art. 31 - Será dado conhecimento às partes interessadas do resultado das deliberações da Assembleia Geral, em expediente, conforme o caso assinado em conjunto pela mesa, ou apenas pelo Presidente e pelo Secretário.

## **VII - DAS ELEIÇÕES**

Art. 32 - Para eleição dos membros da nova diretoria será convocada Assembleia Geral Ordinária, publicada em Diário Oficial e/ou em jornal de grande circulação da cidade onde se realizará o evento, com 30 dias de antecedência, pelo Presidente e Secretário. Deverá ser realizada sempre durante o Encontro dos Ex - Alunos Pós - Graduados em Ortodontia da F.O.U.F.R.J. A data da Assembleia deverá coincidir sempre com um período intermediário da realização do encontro em local, data e hora fixados, para primeira convocação com 2/3 (dois terços) do número de sócios efetivos e, em segunda e última convocação, 1/2 hora mais tarde, com qualquer número de presentes.

Parágrafo Primeiro - O sócio impossibilitado de comparecer poderá passar procuração específica para representá-lo perante a ADEPO, inclusive opinar, votar e assinar termos, se houver. Esta procuração deverá ter firma reconhecida em cartório e deverá ser apresentada à mesa Diretora antes do início dos trabalhos.

Parágrafo Segundo - Nenhum associado poderá ser procurador de mais de um sócio, para uma mesma assembleia.

Art. 33 - A diretoria eleita terá mandato de 2 (dois) anos. O mandato da diretoria se encerra no 31 de dezembro do ano em que se realiza o encontro de Ex - Alunos. O Presidente e Vice - Presidente eleitos em Assembléia Geral Ordinária do citado encontro iniciarão seus mandatos no dia 01 de janeiro do ano subsequente.

## **VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 34 - Fica reservado o direito à ADEPO de conferir títulos e honrarias às pessoas do Brasil ou de outras nações, que julgar merecedoras dos mesmos.

Art. 35 - Este estatuto poderá ser alterado ou modificado através de Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim, e, necessariamente, durante o Encontro de Ex - Alunos, sendo preciso para tanto os votos de 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação.

Art. 36 - A extinção da ADEPO só poderá ser efetivada por Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim, sempre durante o encontro dos Ex-Alunos.

Art. 37 - Em caso de dissolução da ADEPO o patrimônio, será doado à Disciplina de Ortodontia da F.O.U.F.R.J.

Art. 38 - Os sócios não respondem pelas obrigações contraídas pela ADEPO, quer em nome da Diretoria, quer em nome dos associados, cabendo responsabilidades apenas aos sócios diretamente envolvidos.

## **IX - DAS PENALIDADES**

Art. 39 - O profissional de qualquer área, que tiver seus direitos suspensos pelo Conselho Regional e/ou Federal de Odontologia, também terá seus direitos suspensos na ADEPO, pelo mesmo período, mesmo que seja membro diretor.

Art. 40 - Será desligado do quadro social ou do cargo de direção que estiver ocupando aquele que estimular ou desenvolver atividades político - partidárias dentro da ADEPO ou em nome dela.

Art. 41 - O sócio poderá ser desligado da ADEPO, por votação unânime da diretoria e após ter sido ouvido por todos os membros diretores em reunião, e ratificado em Assembléia Geral Ordinária.

Art. 42 - É assegurado ao sócio, apontado como faltoso, o direito de apresentar ampla defesa.

## **X - DO REGISTRO E DO FORO**

Art. 43 - O presente estatuto será registrado, ficando a 1ª (primeira) via arquivada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Art. 44 - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir sobre quaisquer dúvidas que venham a surgir em relação ao contido neste estatuto.